

## AUTORIDADES CRITICAM MP 520 NA ABERTURA DO SEMINÁRIO NA PGR

O Seminário MP 520: Aspectos jurídicos, econômicos e sociais na criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, promovido pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão em conjunto com a Escola Superior do Ministério Público da União. O evento conta com apoio de entidades representativas da sociedade civil e aconteceu no Auditório JK da Procuradoria Geral da República nos dias 05 e 06/04/11.

A Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão, Gilda Pereira de Carvalho, fez a abertura do Seminário. "Por entendermos a MP 520 como uma matéria de extrema importância, abrimos esse fórum e convidamos o senador Pedro Taques e as demais autoridades para debatermos. Precisamos trilhar o caminho de uma saúde e educação universal, como preconiza a Constituição Federal".

Quem também defendeu a Carta Magna foi o senador Pedro Taques (PDT-MT), ex-procurador da República. "Eu não sou técnico na área da saúde, mas há 20 anos estudo e defendo a Constituição. O que vejo é um desmonte do Estado. A saúde deve ser pública: a Lei Maior assim o estabelece. E essa MP transforma a saúde em alvo de lucro. Ora, o lucro deve ser social e a proposta do governo não caminha nesta direção. Eu assumo o compromisso de defender saúde pública de qualidade e universal. Não podemos transformar a Constituição em mera folha de papel".

O respeito à ordem jurídica foi igualmente o mote do discurso do deputado João Ananias (PCdoB-CE), que é médico. "A MP 520 comete um atentado contra a ordem jurídica. Não se cria uma empresa do nada, que vai incorporar bens móveis e imóveis das universidades. Eu tenho medo desta MP, criada da noite para o dia, sem dizer a que veio. A minha posição é de defesa das universidades". Ele também defendeu os mais de 26 mil funcionários que correm o risco de perder o emprego caso a MP seja aprovada: "O argumento de que a

MP 520 vai resolver o problema dessas 26 mil famílias é uma falácia. Os profissionais da saúde não têm carreira. A saúde só é importante na retórica".

O representante do Conselho Federal de Medicina, Waldir Cardoso criticou severamente a medida provisória. "O CFM defende o SUS e o caráter público da saúde de forma intransigente, que vêm junto com os princípios fundamentais da integralidade, universalidade, equidade e descentralização. Estamos preocupados com essa MP editada no apagar das luzes do governo Lula, que vai re-centralizar a gestão do SUS e interferir na autonomia das universidades brasileiras".

O deputado Darcísio Perondi (PMDB-RS) pontuou alguns números: há 12 anos, o governo gastava 1,7 bilhões em saúde. Hoje, a cifra continua igual, mesmo com o crescimento do PIB e da população brasileira. Ele fez outra comparação: em 2000, gastava-se R\$ 10 com o SUS de cada R\$100 arrecadados. Hoje, o valor caiu para menos de R\$ 7. Ele acredita que existam alternativas à criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.

Apesar de todos os discursos fundamentados em argumentos contra a MP 520, o relator da matéria na Comissão Mista, deputado Danilo Forte (PMDB-CE), mostrou-se timidamente a favor da MP. "O problema da saúde passa pelo tamanho do Estado e do tamanho da nação. Essa MP se limita a resolver o problema da gestão dos recursos humanos da saúde. Só há duas alternativas: a criação de uma fundação, que já foi rejeitada e a criação da empresa pública, que está em discussão", argumentou.

Comuseram a mesa de abertura, além dos participantes citados, o vice-ministro da Controladoria Geral da União, Luiz Navarro, e o Conselheiro Federal da OAB Claudio Pereira Neto.

Fonte: Sindilegis

## SENADOR JVC COMENTA SITUAÇÃO DA UFPI NO SENADO

O senador João Vicente Claudino (PTB/PI) nesta quarta-feira, 13 de abril, em discurso no Plenário, mostrou a situação do Ensino Público Superior piauiense. O Senador que tomou conhecimento da situação do Campus de Parnaíba, especialmente do curso de Psicologia, através dos próprios alunos. João Vicente listou os problemas do curso: "falta de professores; inexistência da maioria dos

livros que compõem a literatura básica do curso; o não funcionamento do serviço de escola de psicologia, por falta de materiais... Está é uma triste realidade que nós temos que combater". Para assistir ao pronunciamento na íntegra entre no link:

[http://www.senado.gov.br/noticias/tv/programaListaPadrao.asp?COD\\_VIDEO=69816](http://www.senado.gov.br/noticias/tv/programaListaPadrao.asp?COD_VIDEO=69816)

## ESTUDANTES RECLAMAM DA FALTA DE ESPAÇO PARA REALIZAR EVENTOS CULTURAIS

Os estudantes da Universidade Federal do Piauí - UFPI, estão há mais de um ano sem espaço para realização de eventos culturais. Com previsão de inauguração para o mês de novembro do ano passado, a conclusão da reforma do Espaço Cultural

Noé Mendes arrasta-se até os dias de hoje. Para ver a notícia na íntegra entre no link:

<http://www.portalodia.com/noticias/piaui/estudantes-reclamam-da-falta-de-espaco-para-realizar-eventos-culturais-106820.html>

## STJ MUDOU ENTENDIMENTO E AFIRMA QUE TERÇO DE FÉRIAS NÃO DEVE SER BASE DE CÁLCULO DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA

O Superior Tribunal de Justiça STJ, na Petição nº 7296, em final de 2009, confirmou em decisão unânime da Primeira Seção que a parcela relativa ao terço de férias não deve ser incluída na base de cálculo das contribuições previdenciárias ao plano de seguridade do servidor. O julgamento aconteceu no Incidente de Uniformização de Jurisprudência, suscitado pela Fazenda Nacional, em razão de julgamento da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais. No processo, o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional SINASEFE por meio da assessoria jurídica nacional apresentou manifestação na condição de interessado, visando que a decisão fosse modificada para ser favorável aos servidores.

Até o julgamento desse Incidente de Uniformização de Jurisprudência, a Primeira Seção vinha mantendo o

### REPERCUSSÃO DO DEBATE COM OS PARLAMENTARES

Estiveram presentes ao encontro realizado pela ADUFPI os deputados federais Osmar Júnior, Jesus Rodrigues e Marcelo Castro, além de representantes de entidades sindicais e a comunidade acadêmica da UFPI. O debate que foi realizado no dia 25 de abril visou conhecer a posição dos parlamentares sobre a MP 520. O evento teve repercussão em toda mídia teresinense, abaixo segue as principais declarações dos deputados:

“Os argumentos apresentados pelos sindicalistas foram bem interessantes. Eu ainda sou a favor da criação da empresa, mas como vi muitos posicionamentos contrários irei me aprofundar mais no assunto e rever meu posicionamento”, disse Marcelo Castro.

Osmar Júnior enfatizou que a principal função do Hospital Universitário diz respeito à educação e à ciência. “Minha posição, entretanto, ainda não foi tomada. Estou aqui para debater”, revelou.

Jesus Rodrigues manifestou que, ao seu entender, a criação da EBSEH visa uma padronização no funcionamento, na eficiência e na eficácia dos HU's. “Eu acredito que essa seja a finalidade da MP 520. O processo de seleção via análise de currículo, seria simplificado e duraria somente até dois anos. Após esse período, a contratação seria feita através do concurso público”, afirmou o deputado.

Para ver a análise da MP 520 entre no link:

<http://www.adufpi.org.br/arquivos2/MP520SITE3.pdf>

### ADUFPI SOLICITA MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO SOBRE MP 520

A ADUFPI encaminhou um ofício dia 19/04, ao Conselho Universitário, solicitando uma posição pública sobre a Medida Provisória 520. Considerando que o Conselho Nacional de Saúde (CNS), Conselho Universitário da Universidade Federal da Amazônia e o Conselho Universitário da Universidade Federal de Santa Maria (RS) já se manifestaram por meio de Moção de Repúdio à MP 520, a ADUFPI propõe ao Conselho Universitário da UFPI manifestar-se a exemplo desses conselhos supracitados.

entendimento de que a parcela deve sofrer a incidência da contribuição, pois seria “tipicamente retributiva da prestação de trabalho e não foi excluída pelo legislador da base de cálculo da contribuição”. Tal posicionamento, no entanto, contrariava a posição já consolidada por duas Turmas do Supremo Tribunal Federal STF, conforme lembra a Ministra Eliana Calmon em seu voto:

- Embora não se tenha decisão do Pleno, demonstram os precedentes que as duas turmas da Corte Maior consignam o mesmo entendimento, o que me leva a propor o realinhamento da posição jurisprudencial desta Corte, adequando-se o STJ à jurisprudência do STF, no sentido de que a contribuição previdenciária não incide sobre o terço constitucional de férias, verba que detém natureza indenizatória por não se incorporar à remuneração do servidor para fins de aposentadoria afirmou a Ministra.

### MP 525 LIBERA CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR SEM CONCURSO

Mesmo com 35 mil vagas abertas para concurso público de professores nas universidades federais e nos Institutos Federais Tecnológicos, o Governo Federal encontrou uma brecha para publicar a Medida Provisória (MP)525, em 14/02/2011, que prevê a contratação imediata de 3.951 professores temporários sem concurso público. Com a MP, criada para atender à demanda do Programa de Apoio a Planos de reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), o prazo de duração de duração dos contratos deverá ser de um ano, com possibilidade de prorrogação até o limite máximo de dois anos. A portaria não informa o prazo para o lançamento dos editais.

A MP altera a lei 8745, que versa sobre a contratação de professores, e estabelece que vagas de profissionais de ensino em novas instituições poderão ser ocupadas por professores temporários, sem obrigatoriedade da promoção de concursos. O mecanismo também valerá para preencher cargos que ficam descobertos quando docentes assumem vagas de reitor, pró-reitor, vice-reitor ou diretor de campus.

### NOVA FORMA DE PAGAMENTO PARA O SETOR ESPORTIVO DA ADUFPI

Para melhor atender os associados, a ADUFPI estará aceitando o pagamento das mensalidades, das práticas esportivas, nos cartões de crédito das redes: Master, Diners e Visa.

#### EXPEDIENTE:

Diretoria da ADUFPI gestão 2010/2012

Presidente MÁRIO ÂNGELO DE MENESES SOUSA, 1º Vice-Presidente JOAQUIM VAZ PARENTE, 2º Vice-Presidente GLAUCO LIMA RODRIGUES, Secretário Geral LEONARDO FERREIRA SOARES, 1º Secretário LUIZ EGITO DE SOUZA BARROS, Diretor Financeiro EDMILSON MIRANDA DE MOURA, 1ª Tesoureira MARIA DO SOCORRO LEITE GALVÃO, Diretora Acadêmica e Cultural MARIA MARLÚCIA GOMES PEREIRA, Diretor de Relações Sindicais DANIEL DE OLIVEIRA FRANCO, Diretor de Imprensa e Divulgação MAGNUS MARTINS PINHEIRO, Diretor Adm. da Sede Social MÁRIO LÚCIO DA COSTA FERREIRA, Diretor de Esportes JOÃO BOSCO SÉRVIO FILHO

Av. Petrônio Portela, 391, Ininga, Teresina-PI, Fone/FAX: 86 3233-1110  
E-mails: secretaria@adufpi.org.br/presidencia@adufpi.org.br